



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

**PORTARIA Nº 024/2019**  
**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

Considerando a notícia contida nos autos da Denúncia nº 862360/2011, em trâmite no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de que as obras contratadas após a Concorrência Pública nº 09/2011, do Município de Congonhas, para a construção de Unidade de Pronto Atendimento e a ampliação e reforma da Policlínica Municipal não foram concluídas pela pessoa jurídica vencedora da licitação, Concercon Construções Ltda. – CNPJ 04.346.365/0001-23;

Considerando não haver notícias se a Prefeitura Municipal de Congonhas apurou a responsabilidade da empresa Concercon Construções Ltda. – CNPJ 04.346.365/0001-23, diante da não conclusão das obras;

Considerando que, em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura de Congonhas, na aba Transparência ([https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/licitacao-detahes/?id\\_licitacao=10355](https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/licitacao-detahes/?id_licitacao=10355)), apurou-se que houve nova licitação, Concorrência nº 08/2014, para a conclusão das obras de construção da Unidade de Pronto Atendimento e de ampliação e reforma da Policlínica Municipal, no valor de R\$ 7.100.407,78, cuja contratada foi a pessoa jurídica Sengel Construções Ltda. - CNPJ 17.723.933/0001-00;

Considerando que o Contrato PMC nº 126/2014 firmado com a Construtora Sengel Ltda. teve quatro aditivos, com prorrogações, acréscimos qualitativos e quantitativos e exclusões;

Considerando que não foi informado pela Prefeitura Municipal de Congonhas sobre a conclusão das obras após a nova contratação;

Considerando que os autos nº 862360 apenas versam sobre irregularidades no edital da Concorrência nº 09/2011 e já se encontra em fase final para julgamento, com prazo próximo de prescrição;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Congonhas requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias:

- 1) Informe se houve a apuração da responsabilidade da empresa Concercon Construções Ltda. – CNPJ 04.346.365/0001-23, contratada por meio da Concorrência Pública nº 09/2011, para executar a obra de construção de unidade de pronto atendimento e a ampliação e reforma da Policlínica Municipal, sem, contudo, concluí-la, com o encaminhamento da cópia do respectivo processo administrativo, se houver;
- 2) Cópia completa da Concorrência nº 08/2014, em suas fases interna e externa, realizada para a contratação de empresa para a prestação de serviços e fornecimentos de materiais para a conclusão das obras do Lote 1 – Reforma e ampliação da Policlínica e Lote 2 – Construção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, do Município de Congonhas;
- 3) Cópia dos termos de aditamento ao contrato nº 126/2014, com os documentos que justificaram a sua realização;
- 4) Cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativas aos pagamentos efetuados à empresa Sengel Construções Ltda., para realizar o objeto da Concorrência n 08/2014;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

- 5) Cópia dos boletins de medição das fases de execução da obra, bem como documentos que confirmem a prestação de serviços e fornecimento de materiais para a conclusão das obras do Lote 1 – Reforma e Ampliação da Policlínica e Lote 2 – Construção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento;
- 6) Cópia dos respectivos termos de convênio ou contratos de repasse realizados entre o Município de Congonhas e o Estado de Minas Gerais e entre o Município de Congonhas e o Governo Federal, para a realização da obra de construção de Unidade de Pronto Atendimento e a ampliação e reforma da Policlínica Municipal.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2019.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**  
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais